



25 MAR. 2024

Mensagem nº 48 /2024

Doc. Recebido
às _____ horas

Assunto: atualização do subsídio dos secretários, secretários adjuntos e chefe do gabinete

Senhores Vereadores,

Nobres Edis,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste encaminhar-lhes para a deliberação a presente matéria legislativa perante essa r. Casa de Leis que apresenta a vertente proposição dispondo sobre a recomposição do subsídio dos secretários, secretários adjuntos e controlador geral.

A Constituição Federal, no inciso X, do art. 37, preceitua que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou **alterados por lei específica**”.

Desta feita, deve ser recomposto o subsídio dos secretários, secretários adjuntos e controlador geral. De esclarecer que o índice de recomposição de 4,62% (quatro virgula sessenta e dois por cento) corresponde à inflação acumulada no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, medida pelo IPCA do IBGE ¹.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos da Consulta 747.843/2012, decidiu que:

“O período inflacionário a ser considerado na concessão da revisão pode abranger exercícios passados na hipótese de o ente federado não observar a periodicidade anual mínima prevista para o instituto. Nesse caso, a revisão deve ser concedida com base no período de inflação equivalente ao intervalo de tempo em que os agentes públicos permaneceram sem a atualização da sua remuneração.”

A regra constitucional do art. 37, X, da CR/88, estabeleceu a obrigatoriedade de o chefe do Executivo enviar um projeto de lei anual que garanta a recomposição do valor da remuneração dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos. A anualidade da revisão prevista no texto constitucional referido traduz, portanto, a possibilidade de recomposição do poder de compra da remuneração dos servidores e do subsídio dos agentes políticos em razão da inflação apurada no período mínimo de um ano. Este Tribunal já firmou o entendimento de que a recomposição do valor dos subsídios dos agentes políticos, pode ser feita anualmente, mediante prévia definição no ato normativo fixador da remuneração e com base em índice oficial de aferição de perda de valor aquisitivo da moeda, observando-se, ainda, os dispositivos constitucionais e legais.

Assim, **Preclaro Legisladores**, não se trata de atualização do subsídio dos secretários, secretários adjuntos e controlador geral, por mero capricho, mais por questão de recomposição por perca inflacionária do período apurado de janeiro a dezembro/2023.

¹ <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

Valendo acrescentar que não há vedação eleitoral alguma, tendo vista que o período que houve depreciação corrosiva por conta da inflação se trata de exercício financeiro de 2023. **A fortiori forma**, a Lei Federal nº 9.504/97 não veda sequer a atualização no período eleitoral. **A inflação não deixa de corroer nosso poder de compra pelo simples fato de estarmos em ano de eleições!**

Portanto, **Cultos Edis**, submetemos o presente projeto de Lei para que Vossas Excelências apreciem, **pugnando desde já pela sua aprovação**, uma vez cumpridas as regras legais e regimentais que o caso exige.

Por derradeiro, Nobres Edis, só haverá incidência junto a folha de pagamento para abril de 2024.

Edifício-Sede do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé,
RO, 20 de março de 2024.

Alcino Bilac Machado
Prefeito municipal



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 48/2024

Dispõe sobre a recomposição do subsídio dos Secretários;
dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão
de Controle Interno.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo **art. 86, VII**, da lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais pertinentes,

FAÇO SABER que a **CAMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ** Aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, ficam atualizados no percentual de 4,62% (quatro virgula sessenta e dois por cento), os subsídios do Secretários; dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno, conforme tabela anexa.

Parágrafo único. O percentual de que trata o caput deste artigo destina-se a recompor parte das perdas inflacionárias apuradas no subsídio dos agentes políticos aqui estabelecidos, relativas ao período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, sendo utilizado o índice medido pelo IPCA do IBGE.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2024.**

Edifício-Sede do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé, RO, **20 de março de 2024.**


Alcino Bilac Machado
Prefeito municipal



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS POLÍTICOS

ANEXO I

CARGO	SUBSÍDIO
Secretário Municipal (07)	R\$ 6.226,48
Secretário Municipal Adjunto (07)	R\$ 3.430,67
Controlador Geral (01)	R\$ 6.226,48